

➤ **CONTRATOS - PROGRAMA**

**19. APOIOS FINANCEIROS - CONTRATOS PROGRAMA:**

Da Vice-presidente Sameiro Araújo, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação dos seguintes contrato-programa de desenvolvimento desportivo:

- a) Contrato-Programa a celebrar entre o **Município de Braga e o Futebol Clube Ferreirense**, no valor de **1.500,00€**;
- b) Contratos-Programa a celebrar entre o **Município de Braga e Dumiense Futebol Club e o Clube Desportivo Maximinense**, no valor de **5.000,00€**, com cada uma das referidas associações.



**BRAGA**  
Município

DDJAPC - DIV. DESPORTO JUVENT. ASSOCIATIVISMO E PARTICIP. CÍVICA

Nº Informação: 28239

Data: 30/05/2022

A → de E. A. M.  
220602

**Assunto:** Pedido de apoio na área desportiva

O **FUTEBOL CLUBE FERREIRENSE** pessoa coletiva n.º 501 932 380, com sede na Praceta Padre Sena Freitas n.º 140 Cave, 4700-239, Maximinos, Braga, com o RECAM 75/2014, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, para a época desportiva 2021/2022, no valor de **1.500,00€ (mil e quinhentos euros)**.

O pedido de apoio financeiro é apresentado em conformidade com o modelo publicado no site do Município (Anexo III, Anexo IV e minuta de contrato). Enquadrando-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

O presente pedido de apoio financeiro visa a continuidade de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades. Nesse sentido, o Futebol Clube Ferreirense apresenta até à data 103 atletas, em diversos escalões da formação (petizes/traquinas, benjamins, infantis, iniciados, juvenis e juniores), inscritos na Associação de Futebol de Braga e a participar em vários campeonatos de futebol, na época desportiva de 2021/2022.

Assim, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município a celebração de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, com o **FUTEBOL CLUBE FERREIRENSE**, pessoa coletiva n.º 501753214, com sede na Rua António Alberto Sousa, n.º 6/8, 4705-133, Ferreiros - Braga, com o RECAM 39/2014, para a época desportiva 2021/2022, no valor de **1.500,00€ (mil e quinhentos euros)**.

À consideração superior,

A Chefe de Divisão.

A Vice-Presidente,

## **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

**Primeiro Outorgante:** Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

**Segundo Outorgante:** em representação do **FUTEBOL CLUBE FERREIRENSE**, na qualidade de Presidente da Administração, pessoa coletiva n.º 501 753 214, com sede na Rua António Alberto Sousa, n.º 6/8, da União de Freguesias de Ferreiros e Gondízalves, 4705-133, da cidade de Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

### **Cláusula 1.ª**

#### **(Objeto)**

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, tendo como finalidade competir nas provas associativas e federadas.

### **Cláusula 2.ª**

#### **(Obrigações da ENTIDADE)**

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:
  - a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
  - b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até termino do contrato;
  - c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;



- d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)**

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de **1.500,00€ (mil e quinhentos euros)**.
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, podendo, caso se justifique, ser anexado um cronograma financeiro, bem como que documentos devem ser apresentados para comprovar a realização da atividade ou da despesa.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **(Afetação da verba)**

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)**

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

#### **(Vigência)**

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 31 de julho 2022 (Época Desportiva 2021/2022 com início em 01.08.2021).

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**  
**(Revisão do contrato-programa)**

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**  
**(Rescisão Unilateral)**

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**  
**(Contencioso do contrato)**

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em \_\_\_\_\_, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Rio)



Nº Informação: 36599

Data: 06/06/2022

Assunto: Atribuição Apoio - Aquisição Viaturas 9 Lugares

Reconhecendo a importância do trabalho efetuado pelas várias associações desportivas, tornando-se parceiros efetivos do Município de Braga na promoção desportiva concelhia, o Município implementou ao longo das épocas anteriores várias medidas de apoio ao associativismo desportivo.

Das várias medidas de apoio ao associativismo desportivo, o Município implementou um apoio anual para a aquisição de viaturas de transporte até nove lugares. Assim, o Município tem disponibilizado dois apoios de 5.000€, através de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, para aquisição de carrinhas de transporte para atletas dos escalões de formação, através dos seguintes critérios de avaliação: número de atletas; número de modalidades; género dos praticantes; valor da mensalidade paga pelos atletas dos escalões de formação; localização e quantidade de competições do calendário competitivo; existência e descrição do projeto inclusivo; indicação de outros apoios já recebidos pela CMB; número de registo do RECAM e declaração de não dívida à Autoridade Tributária e Segurança Social.

O presente apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)), e ainda no âmbito da atribuição de apoios ao desporto, expressa no Artigo F-2/4.º, do Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente o apoio na aquisição de equipamentos desportivos necessários ao desempenho das respetivas atividades (Artigo F-2/4.º, n.º 2, alínea c)).

Após o processo de candidatura, terminado a 15 de abril de 2022, contando com a presença de seis candidaturas formalizadas, propõem-se a celebração de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, no valor de **5 000€ (cinco mil euros) com cada uma** das seguintes associações desportivas, que cumprem e realçam os critérios apresentados, o **Dumiense Futebol Clube**, com o RECAM 28/2014, pessoa coletiva 503097578, com sede na Rua António Alves Rei nº 11, Dume, 4700-045 Braga e o **Clube Desportivo Maximinense**, com o RECAM 39/2014, pessoa coletiva 501932380, com sede na Avenida na Praceta Padre Sena de Freitas nº140 - Cave, Maximinos, 4700-239 Braga.

À consideração superior,

**MINUTA**  
**CONTRATO-PROGRAMA**  
**DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

**Primeiro Outorgante:** Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do **Município de Braga**, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

**Segundo Outorgante:** \_\_\_\_\_ em representação do **Dumiense Futebol Clube**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva n.º 503 097 578, com sede na Rua António Alves Rei n.º 11, 4700-045 Dume – Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1.ª**  
**(Objeto)**

Constitui objeto do presente contrato-programa, a promoção e dinamização das diversas modalidades no concelho de Braga, através da atribuição de um apoio financeiro para a aquisição de uma carrinha de nove lugares, apta para o transporte e segurança de crianças com idade igual ou superior a 12 anos (ou altura igual ou superior a 135cm), de forma a permitir o fomento da formação desportiva da **ENTIDADE**.

**Cláusula 2.ª**  
**(Obrigações da ENTIDADE)**

Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

1. Registrar-se/manter o registo atualizado no Registo das Entidades Candidatas a Apoio Municipal (RECAM);
2. Cooperar com o Município de Braga no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa;
3. Apresentar ao **MUNICÍPIO**, com periodicidade anual, o respetivo plano e relatório de atividades, bem como o regulamento interno da **ENTIDADE**;



4. Colaborar em atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**, ao nível da promoção e desenvolvimento da modalidade de Futsal;
5. Assegurar o seguro da referida carrinha, de acordo com a legislação em vigor;
6. Fazer prova das declarações de não dívida da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira;
7. Efetuar o relatório de execução, após o recebimento da verba, fazendo prova da aquisição da carrinha através da declaração de compra e venda/livrete, bem como demonstrar os resultados advindos desta compra;
8. Fazer prova da publicidade colocada na carrinha de nove lugares, objeto do contrato-programa, referência ao apoio do Município, através da menção expressa, "**Com o apoio do Município de Braga**" e inclusão do respetivo logótipo.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)**

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros);
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, podendo, caso se justifique, ser anexado um cronograma financeiro, bem como que documentos devem ser apresentados para comprovar a realização da atividade ou da despesa.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **(Afetação e Gestão da carrinha de nove lugares)**

A carrinha em causa, no âmbito do presente contrato-programa, é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**;

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)**

O acompanhamento e controlo deste contrato-programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

#### **(Vigência e Rescisão Unilateral)**

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa é a época Desportiva 2022/2023.
2. O presente contrato-programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume.



**Cláusula 7.<sup>a</sup>**  
**(Revisão do Contrato-Programa)**

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**  
**(Contencioso do Contrato-Programa)**

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

\_\_\_\_\_  
(Dr. Ricardo Rio)

**MINUTA**  
**CONTRATO-PROGRAMA**  
**DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

**Primeiro Outorgante:** Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do **Município de Braga**, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

**Segundo Outorgante:** em representação do **Clube Desportivo Maximinense**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva n.º 501 932 380, com sede na Praceta Padre Sena de Freitas n.º 140 – Cave, 4700-239 Maximinos – Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1.ª**  
**(Objeto)**

Constitui objeto do presente contrato-programa, a promoção e dinamização das diversas modalidades no concelho de Braga, através da atribuição de um apoio financeiro para a aquisição de uma carrinha de nove lugares, apta para o transporte e segurança de crianças com idade igual ou superior a 12 anos (ou altura igual ou superior a 135cm), de forma a permitir o fomento da formação desportiva da **ENTIDADE**.

**Cláusula 2.ª**  
**(Obrigações da ENTIDADE)**

Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

1. Registrar-se/manter o registo atualizado no Registo das Entidades Candidatas a Apoio Municipal (RECAM);
2. Cooperar com o Município de Braga no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa;
3. Apresentar ao **MUNICÍPIO**, com periodicidade anual, o respetivo plano e relatório de atividades, bem como o regulamento interno da **ENTIDADE**;



4. Colaborar em atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**, ao nível da promoção e desenvolvimento da modalidade de Futsal;
5. Assegurar o seguro da referida carrinha, de acordo com a legislação em vigor;
6. Fazer prova das declarações de não dívida da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira;
7. Efetuar o relatório de execução, após o recebimento da verba, fazendo prova da aquisição da carrinha através da declaração de compra e venda/livrete, bem como demonstrar os resultados advindos desta compra;
8. Fazer prova da publicidade colocada na carrinha de nove lugares, objeto do contrato-programa, referência ao apoio do Município, através da menção expressa, "**Com o apoio do Município de Braga**" e inclusão do respetivo logótipo.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)**

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros);
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, podendo, caso se justifique, ser anexado um cronograma financeiro, bem como que documentos devem ser apresentados para comprovar a realização da atividade ou da despesa.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **(Afetação e Gestão da carrinha de nove lugares)**

A carrinha em causa, no âmbito do presente contrato-programa, é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**;

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)**

O acompanhamento e controlo deste contrato-programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

#### **(Vigência e Rescisão Unilateral)**

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa é a época Desportiva 2022/2023.
2. O presente contrato-programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**  
**(Revisão do Contrato-Programa)**

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**  
**(Contencioso do Contrato-Programa)**

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

\_\_\_\_\_  
(Dr. Ricardo Rio)